

JUCESP PROTOCOLO
329762/05-9**COLEGIADA**ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
NÃO CONVERSÍVEIS E SUBORDINADAS DA 4ª EMISSÃO DE
VOTORANTIM FINANÇAS S.A.

VOTORANTIM FINANÇAS S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 2954, 10º andar, conjunto 104, parte, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 01.386.256/0001-41, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora"); e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas 500, Bloco 13, Grupo 205, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 36.113.876/0001-96, neste ato representado na forma de seu estatuto social, como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) e nela interveniente ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos titulares das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures");

resolvem celebrar esta "Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis e Subordinadas da 4ª Emissão de Votorantim Finanças S.A." ("Escritura de Emissão"), de acordo com os seguintes termos e condições:

I

DA AUTORIZAÇÃO

- 1.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações da assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 13 de abril de 2005, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 19 de abril de 2005 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Diário do Comércio" em 20 de abril de 2005 ("AGE"); pela qual foi aprovada (a) a realização de um programa de distribuição de valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, no valor de até R\$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) ("Programa de Distribuição"); e (b) a 4ª (quarta) emissão de debêntures pela Emissora, sendo a 1ª (primeira) amparada no Programa de Distribuição, conforme a seguir descrita.
- 1.2 A AGE autorizou (i) o aumento do valor da emissão e da quantidade das Debêntures, nos termos das Cláusulas 5.2, 5.3.1 e 5.3.2 abaixo; e (ii) o conselho de administração a (a) deliberar ou alterar as matérias de que trata a segunda parte do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976; (b) cancelar as Debêntures que não vierem a ser colocadas durante o prazo de distribuição; e (c) cancelar as Debêntures que



forem adquiridas pela própria Emissora, mediante declaração do Agente Fiduciário de que as Debêntures a serem canceladas encontram-se na tesouraria da Emissora.

II DOS REQUISITOS

- 2.1 A emissão e distribuição pública das Debêntures serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:
- I. *inscrição desta Escritura de Emissão.* Esta Escritura de Emissão deverá ter sido inscrita na Junta Comercial do Estado de São Paulo;
 - II. *registro para distribuição no mercado primário.* A emissão deverá ter sido registrada para distribuição no mercado primário por meio do Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo a subscrição liquidada pela Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP");
 - III. *registro para negociação no mercado secundário.* A emissão deverá ter sido registrada para negociação no mercado secundário por meio (a) do Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) do Sistema Bovespa Fix ("Bovespa Fix"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC");
 - IV. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").* A emissão deverá ter sido registrada na CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes; e
 - V. *registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID").* A emissão deverá ser registrada na ANBID no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro na CVM, em atendimento ao termo 22 do Código de Auto-Regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários de 16 de janeiro de 2002 ("Código de Auto-Regulação da ANBID").



III

DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 3.1 *Objeto social da Emissora.* A Emissora tem por objeto social participação em outras sociedades, financeiras, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista e a prestação de serviços de gestão comercial, planejamento e consultoria de empresas.

IV

DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 O montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição das Debêntures será destinado, em sua totalidade, para aplicações financeiras junto ao Banco Votorantim S.A. em investimentos de renda fixa remunerados com taxas pós-fixadas ou pré-fixadas, nas diversas modalidades disponíveis, de acordo com parâmetros de mercado e seguindo a política de investimentos atualmente adotada pela Emissora.

V

DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

- 5.1 *Número da emissão.* As Debêntures representam a 4ª (quarta) emissão de debêntures da Emissora.
- 5.2 *Valor total da emissão.* O valor total da emissão é de R\$1.250.000.000,00 (um bilhão duzentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo), podendo, a critério da Emissora e/ou da Instituição Líder (conforme definido abaixo), observado o disposto nas Cláusulas 5.3.1 e 5.3.2 abaixo, ser de até R\$1.687.500.000,00 (um bilhão seiscentos e oitenta e sete milhões e quinhentos mil reais), pela Opção de Lote Suplementar e Opção de Lote Adicional (conforme definidos abaixo).
- 5.3 *Quantidade.* Serão emitidas 125.000 (cento e vinte e cinco mil) Debêntures.
- 5.3.1 Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM n.º 400/03, a quantidade total das Debêntures poderá, a critério da Emissora e sem a necessidade de novo pedido à CVM ou modificação dos termos da oferta, ser aumentada em até 20% (vinte por cento) do total das Debêntures objeto da distribuição pública (sem considerar as Debêntures objeto da Opção de Lote Suplementar, conforme definido abaixo), representando uma distribuição adicional de até 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures, equivalente ao montante de até R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente distribuídas, a ser exercida pela Emissora em comum acordo com a Instituição Líder até a data



de publicação do anúncio de início da distribuição pública das Debêntures ("Opção de Lote Adicional").

- 5.3.2 Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM n.º 400/03, a quantidade total das Debêntures poderá, sem a necessidade de novo pedido à CVM ou modificação dos termos da oferta, ser aumentada em até 15% (quinze por cento) do total das Debêntures objeto da distribuição pública (sem considerar as Debêntures objeto da Opção de Lote Adicional), representando uma distribuição suplementar de até 18.750 (dezoito mil setecentos e cinquenta) Debêntures, equivalente ao montante de até R\$187.500.000,00 (cento e oitenta e sete milhões e quinhentos mil reais), nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente distribuídas, conforme opção outorgada pela Emissora à Instituição Líder nos termos do contrato de distribuição das Debêntures celebrado com a Instituição Líder ("Contrato de Distribuição"), destinada a atender a eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da distribuição pública das Debêntures, a ser exercida a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição e até 90 (noventa) dias da data de publicação do anúncio de início da distribuição pública das Debêntures ("Opção de Lote Suplementar"). Salvo se disposto de maneira diversa, as referências às Debêntures serão também referência às Debêntures objeto da Opção de Lote Suplementar e da Opção de Lote Adicional.
- 5.4 *Valor nominal unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 5.5 *Séries.* A emissão será realizada em série única.
- 5.6 *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária (conforme definido abaixo). Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures custodiadas na CBLIC, será expedido por esta relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLIC.
- 5.7 *Convertibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações.
- 5.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie subordinada.
- 5.9 *Data de emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de abril de 2005 ("Data de Emissão").
- 5.10 *Prazo e data de vencimento.* As Debêntures terão prazo de vencimento de 120 (cento e vinte) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de abril de 2015 ("Data de Vencimento").





- 5.11 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, com colocação mediante regime de melhores esforços, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, independentemente de qualquer ordem cronológica, as instituições que vierem a aderir ao Contrato de Distribuição ("Coordenadores Contratados") e/ou os clientes da Instituição Líder ou dos Coordenadores Contratados que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, sendo certo que a distribuição das Debêntures será realizada apenas se forem colocadas, no mínimo, 7.500 (sete mil e quinhentas) Debêntures.
- 5.11.1 A Instituição Líder poderá celebrar contratos de adesão com os Coordenadores Contratados que prevejam a colocação das Debêntures mediante regime de garantia firme nos termos do Contrato de Distribuição.
- 5.12 *Prazo de subscrição.* Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures.
- 5.13 *Forma de subscrição e de integralização.* A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP e do SDT. O pagamento do Preço de Subscrição (conforme definido abaixo) deverá ser feito à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional.
- 5.14 *Preço de subscrição.* As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização ("Preço de Subscrição").
- 5.15 *Negociação.* A emissão será registrada para negociação no mercado secundário por meio do SND e do Bovespa Fix.
- 5.16 *Pagamento do Valor Nominal Unitário.* O Valor Nominal Unitário será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento, ou seja, 1º de abril de 2.015.
- 5.17 *Remuneração.* Sobre o Valor Nominal Unitário incidirá, a partir da Data de Emissão, uma taxa de remuneração pós-fixada ou pré-fixada, acrescida ou não de sobretaxa, cujo período de incidência, intervalo de pagamento e respectivo(s) percentual(is) serão definidos pelo conselho de administração da Emissora ("Remuneração").
- 5.17.1 *Períodos de Vigência da Remuneração.* Define-se "Período de Vigência da Remuneração" o período durante o qual a respectiva Remuneração permanecerá inalterada. Cada Período de Vigência da Remuneração subsequente ao Primeiro Período de Vigência da Remuneração (conforme



definido abaixo) terá início no último dia do Período de Vigência da Remuneração anterior e encerramento conforme vier a ser deliberado pelo conselho de administração da Emissora nos termos da Cláusula 5.18 abaixo, sendo certo que o prazo final do último Período de Vigência da Remuneração coincidirá com a Data de Vencimento.

5.17.1.1 *Primeiro Período de Vigência da Remuneração.* O primeiro Período de Vigência da Remuneração terá início na Data de Emissão e encerramento em 1º de abril de 2008 ("Primeiro Período de Vigência da Remuneração").

5.17.2 *Remuneração do Primeiro Período de Vigência da Remuneração.* Durante o Primeiro Período de Vigência da Remuneração, sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 102,60% (cento e dois inteiros e sessenta centésimos por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "Extra-Grupo" ("Taxa DI"), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Remuneração do Primeiro Período de Vigência da Remuneração").

5.17.2.1 *Periodicidade de pagamento da Remuneração.* A Remuneração do Primeiro Período de Vigência da Remuneração será paga anualmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de abril de 2006, o segundo em 1º de abril de 2007 e o terceiro e último do Primeiro Período de Vigência da Remuneração em 1º de abril de 2008. Farão jus à Remuneração do Primeiro Período de Vigência da Remuneração os titulares das Debêntures ao final do dia útil anterior à data de pagamento.

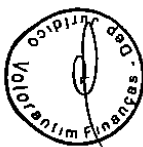
5.17.2.2 Os pagamentos da Remuneração dos demais Períodos de Vigência da Remuneração serão definidos na forma do item 5.18 abaixo.

5.17.2.3 *Fórmula para cálculo da Remuneração.* A Remuneração do Primeiro Período de Vigência da Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$JR = VN \times [FatorDI - 1]$, onde:

JR = valor da Remuneração a ser paga nas datas dos seus respectivos vencimentos, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VN = Valor Nominal Unitário no início de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e



R

[Handwritten signature]

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, ~~exclusivo~~, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k \times S/100)], \text{ onde:}$$

n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia " k ";

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " d_k " um número inteiro; e

S = 102,60 (cento e dois inteiros e sessenta centésimos).

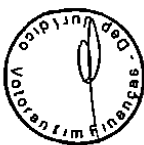
O fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k \times S/100)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k \times S/100)]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante FatorDI com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Define-se "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento



da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. O valor da Remuneração será agregado ao Valor Nominal Unitário para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento da Remuneração será exigível somente no final de cada Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura de Emissão.

5.17.4 Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI exceder o prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 5.17.5 abaixo para a definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

5.17.5 Na ausência da apuração e/ou divulgação Taxa DI superior a 10 (dez) dias após a data esperada para sua divulgação, de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pela taxa ou índice determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, caberá ao Agente Fiduciário convocar assembleia geral de debenturistas, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data do primeiro dia da ausência da apuração e/ou divulgação Taxa DI, para definir, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá conter características semelhantes à Taxa DI ora estabelecida. Caso a Emissora e os debenturistas reunidos em assembleia não chegarem a um acordo acerca do novo parâmetro a ser aplicado, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia. Até que esse novo parâmetro seja estabelecido, e desde que não ocorra o vencimento de qualquer obrigação pecuniária, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI, divulgada oficialmente, acrescida do percentual da Taxa DI aplicável, calculada *pro rata temporis*, até a data da deliberação da assembleia geral de debenturistas. Na hipótese de ocorrer o vencimento de alguma obrigação pecuniária decorrente desta Escritura de Emissão entre a data da impossibilidade de aplicação da Taxa DI e a data de realização da assembleia, a data de vencimento de tal obrigação será automaticamente postergada para 2 (dois) dias úteis após a data da deliberação dos debenturistas na assembleia referida nesta Cláusula.

5.18 *Repactuação.* A primeira repactuação ocorrerá em 1º de abril de 2008. O conselho de administração da Emissora deliberará e comunicará aos debenturistas, com antecedência mínima de 6 (seis) dias úteis da data de



encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, as condições aplicáveis ao Período de Vigência Remuneração subsequente, incluindo:

- I. o prazo do Período de Vigência da Remuneração subsequente;
- II. a modalidade e os percentuais da taxa de Remuneração e prêmio, se houver, para o Período de Vigência da Remuneração subsequente;
- III. a existência ou não de amortização das Debêntures durante o Período de Vigência da Remuneração subsequente; e
- IV. a periodicidade de pagamento da Remuneração, do prêmio e da amortização, se houver qualquer dos dois últimos.

5.18.1 As condições fixadas pelo conselho de administração da Emissora de acordo com o disposto na Cláusula 5.18 acima serão comunicadas aos debenturistas na forma da Cláusula 5.24 abaixo, através de aviso de repactuação, concedendo-se o prazo de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis, contado da data da publicação da comunicação, para que os debenturistas que não aceitarem as condições fixadas manifestem sua não aceitação através do SND ou do Bovespa Fix, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na CBLC, cabendo ao conselho de administração da Emissora fixar na referida comunicação o prazo máximo para a manifestação dos debenturistas, que não poderá exceder a data de encerramento do respectivo Período de Vigência da Remuneração. A falta de manifestação por parte dos debenturistas no prazo a que se refere esta Cláusula ou a manifestação relativa a somente parte das Debêntures de que forem titulares será considerada aceitação, por tais debenturistas, aos termos da repactuação relativamente às Debêntures que não forem indicadas nos termos desta Cláusula.

5.18.2 Alternativamente ao procedimento descrito no inciso II da Cláusula 5.18, relativamente ao percentual da taxa de Remuneração, a Emissora poderá adotar, para fixação da nova taxa de Remuneração, procedimento de coleta de intenções de investimento junto ao mercado (*bookbuilding*), a ser realizado mediante leilão de repactuação ("Leilão de Repactuação"), de acordo com os termos e condições constantes de edital a ser publicado pela Emissora no prazo mencionado no *caput* da Cláusula 5.18 ("Edital").

5.18.2.1 No caso de realização de Leilão de Repactuação, os debenturistas e demais investidores terão o prazo e observarão os procedimentos fixados no Edital para se habilitarem a participar do Leilão de Repactuação, ficando desde já certo e ajustado que do Leilão de Repactuação poderão participar outros investidores que não os titulares das Debêntures, comprometendo-se os titulares das Debêntures participantes do Leilão de Repactuação a ceder e



transferir as Debêntures aos investidores cujas propostas foram vencedoras no Leilão de Repactuação. A cessão e transferência das Debêntures nos termos desta Cláusula deverá ocorrer na data de encerramento do respectivo Período de Vigência da Remuneração mediante pagamento, pelos investidores cujas propostas foram vencedoras no Leilão de Repactuação aos demais debenturistas, do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição. A não participação no Leilão de Repactuação por parte dos debenturistas e a ausência de manifestação por parte de tais debenturistas de sua intenção de não participar do Leilão de Repactuação tal como definido na cláusula 5.18.3 abaixo será considerada aceitação, por tais debenturistas, das condições aplicáveis para o próximo Período de Vigência da Remuneração, independentemente do resultado do Leilão de Repactuação.

5.18.2.2 A Emissora, desde já, declara-se solidariamente responsável pelo cumprimento das obrigações de pagamento aos debenturistas titulares das Debêntures que cederem e transferirem suas Debêntures no Leilão de Repactuação com relação aos investidores cujas propostas foram vencedoras no Leilão de Repactuação e que não honraram suas respectivas obrigações de pagamento para com tais debenturistas, inexistindo obrigação dos debenturistas vendedores de entregar tais debentures enquanto não for realizado o referido pagamento.

5.18.2.3. O conselho de administração da Emissora comunicará aos debenturistas em até 1 (um) dia útil após o resultado obtido no Leilão de Repactuação a taxa de Remuneração vigente para o próximo Período de Vigência da Remuneração.

5.18.3 A Emissora obriga-se a adquirir ou resgatar as Debêntures pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição ou resgate, se houver, que deverá ocorrer na data de encerramento do respectivo Período de Vigência da Remuneração, dos debenturistas que (i) não aceitarem as condições fixadas pelo conselho de administração da Emissora e que se manifestaram de acordo com o disposto na Cláusula 5.18.1 acima; ou, (ii) no caso de realização de Leilão de Repactuação, (a) não encontraram ofertas de compra de outros investidores no Leilão de Repactuação compatíveis com suas respectivas ofertas de venda e que procederam de acordo com o disposto no Edital, ou (b) em até 1 (um) dia útil anterior à data do Leilão de Repactuação manifestaram, na forma disposta no Edital, sua intenção em não participar do Leilão de Repactuação e terem suas respectivas Debêntures adquiridas ou resgatadas pela Emissora. A aquisição ou resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. No caso de aquisição das Debêntures, as Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos desta Cláusula poderão, por opção da Emissora, ser mantidas em tesouraria, canceladas ou vendidas a terceiros, a



qualquer tempo. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

- 5.19 *Aquisição facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado, Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a qualquer tempo, por opção da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora, para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.
- 5.20 *Encargos moratórios.* Sem prejuízo da remuneração estipulada no item 5.17 acima, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas por força desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").
- 5.21 *Decadência dos direitos aos acréscimos.* O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- 5.22 *Local de pagamento.* Os pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração e a quaisquer outros valores eventualmente devidos nos termos desta Escritura de Emissão, serão efetuados pela Emissora, por intermédio da CETIP ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na CBLC.
- 5.22.1 Caso qualquer debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar à Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária.

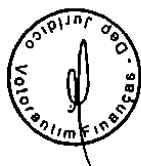


110700

- 5.23 *Prorrogação dos prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados (i) pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos, ou (ii) pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos, ou com feriados bancários na Cidade de São Paulo.
- 5.24 *Publicidade.* Exceto os anúncios de início e de encerramento de distribuição e o aviso aos investidores ao qual se refere o artigo 53 da Instrução CVM n.º 400/03, que serão publicados somente no jornal "Gazeta Mercantil", todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Diário do Comércio", e por meio do *site* da Emissora (www.votorantimfinancas.com.br) na *Internet*, sempre imediatamente após a ciência do fato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, o mínimo de 10 (dez) dias úteis contados da data da última publicação do aviso.
- 5.25 *Comunicações.* As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

I. para a Emissora:

Votorantim Finanças S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima 2954, 10º andar, cj. 104, parte
01451-000 São Paulo, SP
At.: Milton Roberto Pereira
Telefone: (11) 5185 1722
Fac-Símile: (11) 5185 1944
Correio Eletrônico: milton.roberto@votorantimfinancas.com.br



II. para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Av. das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205
22640-100 Rio de Janeiro, RJ
At.: Juarez Dias Costa - Diretor
Telefone: (21) 2493-7003
Fac-símile: (21) 2493-4746/4901
Correio Eletrônico: agente@oliveiratrust.com.br

III. para a Instituição Depositária:

Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar
06029-900 Osasco, SP
At.: Departamento de Ações e Custódia
Telefone: (11) 3684-4522
Fac-símile: (11) 3684-5645
Correio Eletrônico: bradescocustodia@bradesco.com.br

IV. para a CETIP:

Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP
Rua Líbero Badaró 425, 24º andar
01009-000 São Paulo, SP
At.: Área de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111 1596
Fac-símile: (11) 3111 1564
Correio Eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

V. para a CBLC:

Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC
Rua XV de Novembro 275, 5º andar
01013-001 São Paulo, SP
At.: Gerência de Acompanhamento de Empresas
Telefone: (11) 3233 2222
Fac-símile: (11) 3233 2061
Correio Eletrônico: gae@bovespa.com.br

5.26 *Instituição depositária e banco mandatário.* O Banco Bradesco S.A. será a instituição prestadora de serviços de escrituração e de banco mandatário das Debêntures ("Instituição Depositária").

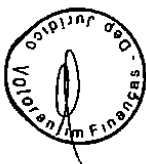


VI

DO VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1 O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, e Encargos Moratórios, se houver, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos seguintes eventos:

- I. (i) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), atualizados anualmente pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas; ou (ii) constituição da Emissora em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, salvo se o protesto ou constituição em mora tiver sido efetivado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados, ou da obrigação que esteja em atraso, for objeto de depósito em juízo, em qualquer caso no prazo máximo de 30 (trinta) dias do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário nesse sentido;
- II. pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora, liquidação ou decretação de falência da Emissora (ou, quando a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 entrar em vigor, qualquer procedimento de recuperação judicial ou extra-judicial);
- III. não pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da respectiva data de vencimento;
- IV. falta de cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data em que for recebido aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, nesse sentido; e
- V. transferência do controle acionário, tal como definido em lei, da Emissora para pessoas físicas ou jurídicas que não sejam suas controladoras ou pessoas jurídicas que não sejam suas controladas ou sujeitas a controle comum, ainda que indiretamente.
- VI. vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora decorrente de inadimplemento contratual, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais),



atualizados anualmente pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;

VII. pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, estatutariamente prevista, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei n.º 6404/76, caso a Emissora esteja inadimplente com relação às suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, e

VIII. extinção ou dissolução da Emissora.

6.1.1 Para os fins desta Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (i) na hipótese dos eventos previstos nos incisos II, III e VIII da Cláusula 6.1 acima, a data de vencimento antecipado das Debêntures será a data em que ocorrer quaisquer dos eventos ali referidos, quando o vencimento antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; (ii) ocorrendo os demais eventos previstos nos demais incisos da Cláusula 6.1 acima, a data de vencimento antecipado das Debêntures será a data em que se realizar a Assembléia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 6.1.2 abaixo se tal Assembléia Geral aprovar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.1.2 Na ocorrência de quaisquer dos eventos previstos na Cláusula 6.1 acima, com exceção dos eventos previstos nos incisos II, III e VIII, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for constatada ocorrência do referido evento ou do fim do período de cura, conforme o caso, Assembléia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

6.1.2.1 Após a realização da Assembléia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.1.2. acima, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, a menos que titulares de Debêntures que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.

6.1.3 Observado o disposto nas Cláusulas 6.1.1 e 6.1.2 acima, na ocorrência do vencimento antecipado, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso III da Cláusula 6.1 acima, dos Encargos Moratórios, calculados desde a data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada,



ainda, pelo pagamento dos Encargos Moratórios, que, na hipótese prevista no inciso III da Cláusula 6.1 acima, serão calculados desde a data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados.

11/07/2015
20h04m15s

VII
DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- I. fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (a) no prazo de até 90 (noventa) dias do término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras, auditadas e consolidadas, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas de declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
 - (b) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993 (ou qualquer outra instrução da CVM que vier a substituí-la), com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
 - (c) avisos aos debenturistas, fatos relevantes, alterações estatutárias ocorridas na Emissora, assim como atas de assembleias gerais, reuniões do conselho de administração e reuniões do conselho fiscal que envolvam o interesse dos debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou deveriam ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
 - (d) informações sobre qualquer descumprimento, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão imediatamente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado da data do descumprimento, respeitadas as normas e regulamentos da CVM sobre divulgação de fato relevante;
 - (e) imediatamente após sua ocorrência, informações a respeito de qualquer dos eventos previstos na Cláusula 6.1 acima; e
 - (f) qualquer informação de domínio público que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da respectiva solicitação;



- II. manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária e ambiental e quaisquer outras obrigações impostas por lei, comprovando ao Agente Fiduciário, por meio de documento hábil, sempre que exigido, o cumprimento destas obrigações, ressalvadas as obrigações questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito;
- III. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- IV. manter atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e disponibilizar aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei n.º 6.404/76, observando as normas de divulgação de informações determinadas pela legislação e pela regulamentação da CVM;
- V. manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço;
- VI. manter todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor;
- VII. contratar e manter contratados, durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e Bovespa Fix);
- VIII. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.7 abaixo;
- IX. notificar imediatamente o Agente Fiduciário da convocação de qualquer assembleia geral de debenturistas pela Emissora;
- X. comparecer às assembleias de debenturistas sempre que solicitada; e
- XI. contratar para o início da distribuição pública das Debêntures e manter atualizada, pelo menos anualmente, a classificação de risco da emissão das Debêntures, devendo, ainda, (a) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue o relatório com a súmula da classificação de risco; (b) entregar ao Agente Fiduciário o relatório da classificação de risco preparado pela agência de classificação de risco



no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (c) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco concedida à emissão das Debêntures, que na Data de Emissão é de brAA- (conforme atribuída pela Standard & Poor's), e o início de qualquer processo de revisão de tal classificação de risco.

VIII DO AGENTE FIDUCIÁRIO

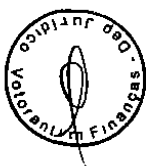
- 8.1 A Emissora constitui e nomeia agente fiduciário dos debenturistas da emissão objeto desta Escritura de Emissão, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.
- 8.2 O Agente Fiduciário declara neste ato que:
- I. não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei n.º 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
 - II. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
 - III. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil;
 - IV. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983;
 - V. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
 - VI. aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todas as suas cláusulas e condições;
 - VII. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



VIII. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

IX. esta Escritura de Emissão constitui obrigação do Agente Fiduciário exequível de acordo com os seus termos e condições.

- 8.2.1 O Agente Fiduciário responde perante os debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.
- 8.2.2 O Agente Fiduciário compromete-se a notificar os debenturistas, tão logo tenha conhecimento, caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.
- 8.3 A Emissora, por sua vez, declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei n.º 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.
- 8.4 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia geral de debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria assembléia geral de debenturistas que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto na Cláusula 8.4.6 abaixo.
- 8.4.1 Na hipótese do Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.
- 8.4.2 Em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pelos debenturistas e assuma efetivamente as funções do Agente Fiduciário.
- 8.4.3 É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembléia geral de debenturistas especialmente convocada para esse fim, independentemente de anuência ou concordância da Emissora.



- 8.4.4 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM: n.º 28/83, e eventuais normas posteriores.
- 8.4.5 Os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços.
- 8.4.6 O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (i) a Emissora não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembléia geral de debenturista; ou (ii) a assembléia geral de debenturistas a que se refere a Cláusula 8.4 acima não delibere sobre a matéria.
- 8.4.7 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, averbado na Junta Comercial do local de registro desta Escritura de Emissão, conforme previsto no artigo 5º da Instrução CVM n.º 28/83.
- 8.4.8 O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 5.24 acima.
- 8.4.9 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.
- 8.4.10 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.
- 8.5 Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:
- I. parcelas trimestrais de R\$5.250,00 (cinco mil duzentos e cinquenta reais), devida a primeira quando da assinatura da Escritura de Emissão, sendo que dessa primeira parcela trimestral serão descontados quaisquer valores já pagos ao Agente Fiduciário a título de análise e implantação da operação;
 - II. as parcelas referidas acima serão atualizadas pelo Índice Geral de Preço do Mercado - IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir de 01 de março de 2005 até as datas de pagamento de cada parcela;

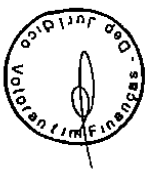


- III. a remuneração prevista acima será acrescida dos seguintes tributos: Imposto de Renda Retido na Fonte, ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro);
- IV. a remuneração prevista no inciso I acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências referentes às Debêntures não sanadas pela Emissora; e
- V. a remuneração compreende a elaboração de um relatório anual, na forma estipulada na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983.
- 8.5.1 Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas.
- 8.6 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.
- 8.6.1 Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula 8.6 acima os debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais debenturistas ratear as despesas relativas à sua participação no total

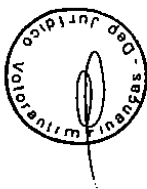


das Debêntures em circulação, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à sua participação das Debêntures em circulação quando de eventual recebimento de recursos por aqueles debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em circulação.

- 8.7 As despesas a que se refere a Cláusula 8.6 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:
- I. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
 - II. extração de certidões;
 - III. locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
 - IV. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.
- 8.7.1 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, caso venham a ser constituídas, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.
- 8.8 Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- I. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
 - II. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
 - III. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
 - IV. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, conforme já verificado nos termos da declaração prevista no inciso V da Cláusula 8.2 acima;



- V. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades, porventura neles existentes;
- VI. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- VIII. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e escritórios de registros públicos;
- IX. solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- X. convocar, quando necessário, assembléia geral de debenturistas e enviar à CVM, à CETIP e à Bovespa, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à assembléia geral de debenturistas;
- XI. comparecer à assembléia geral de debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM, à CETIP e à Bovespa, 2 (dois) dias após a data da realização da assembléia geral de debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da assembléia geral de debenturistas;
- XII. elaborar relatórios destinados aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
- (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;



- (e) resgate e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação de bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão; e
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- XIII. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XII acima aos debenturistas até 30 de abril de cada ano, ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - (c) na CVM;
 - (d) na CETIP e na Bovespa; e
 - (e) na sede da instituição que liderou a colocação das Debêntures, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;
- XIV. publicar, às expensas da Emissora, nos termos da Cláusula 5.24 acima, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XII acima encontra-se à sua disposição nos locais indicados no inciso XIII acima;
- XV. manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária, à CETIP e à CBLC, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, a Instituição Depositária, a CETIP e a CBLC, a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos debenturistas;



XVI. coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;

XVII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente das cláusulas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações obtidas da Emissora e informações públicas;

XVIII. notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data que tiver ciência do fato, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

- (a) à CVM;
- (b) à CETIP e à Bovespa; e
- (c) à Emissora; e

XIX. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, observado o disposto nas Cláusulas 8.5, 8.6 e 8.7 acima; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários.

8.9 No caso de inadimplemento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, não sanado, se for o caso, nos prazos previstos na Cláusula 6.1 acima, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;
- III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os debenturistas realizem seus créditos; e
- IV. representar os debenturistas em processo de falência, concordata, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se for o caso, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.9.1 Observado o disposto nas Cláusulas 6.1.1 a 6.1.2 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I a III da Cláusula 8.9 acima se, convocada a



assembleia de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares de todas as Debêntures em circulação. Na hipótese do inciso IV da Cláusula 8.9 acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

IX

DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

- 9.1 Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.
- 9.2 A assembleia de debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.
- 9.3 A assembleia de debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 9.4 A presidência da assembleia de debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.
- 9.5 Nas deliberações da assembleia, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Observado o disposto na Cláusula 9.5.1 abaixo, as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de debenturistas dependerão de aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.
- 9.5.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.5 acima:
 - I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
 - II. as alterações (a) dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (b) da Remuneração; (c) de quaisquer datas de pagamento de valores previstos nesta Escritura de Emissão; ou (d) da espécie das Debêntures, que deverão ser aprovadas por debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.
- 9.6 Para os fins de apuração (i) do quorum de instalação em qualquer assembleia de debenturistas, serão excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora, ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora, ou a qualquer coligada da Emissora, ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas; e (ii) do quorum deliberação em



qualquer assembleia de debenturistas, além do disposto no item (i) acima, também serão excluídos os votos em branco.

- 9.7 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias dos debenturistas.
- 9.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembleia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.9 Aplica-se à assembleia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76, sobre a assembleia geral de acionistas.

X

DAS DECLARAÇÕES

10.1 A Emissora neste ato declara que:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- II. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastante para tanto;
- III. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e os demais contratos relacionados às Debêntures e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto; e
- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições.

10.1.1 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os debenturistas, o Agente Fiduciário e a instituição líder da distribuição das Debêntures ("Instituição Líder") por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pela Instituição Líder em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.

10.1.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.1.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente os debenturistas, o Agente Fiduciário e a Instituição Líder caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.



XI

DAS DESPESAS

- 11.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a estruturação, emissão, registro, distribuição e execução das Debêntures, incluindo publicações, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Depositária e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

XII

DA RENÚNCIA

- 12.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

XIII

DO TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E DA EXECUÇÃO ESPECÍFICA

- 13.1 Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

XIV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.
- 14.2 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou



nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta, Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

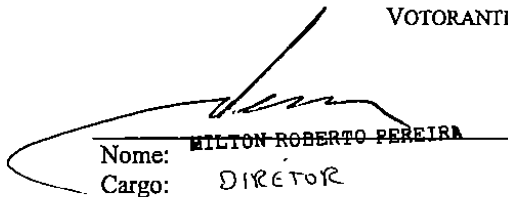
XV
DO FORO

15.1 Fica eleito o foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

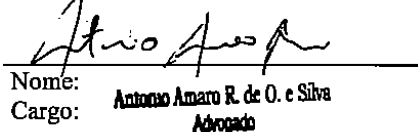
São Paulo, 20 de abril de 2005

VOTORANTIM FINANÇAS S.A.


Nome: **MILTON ROBERTO PEREIRA**
Cargo: **DIRETOR**

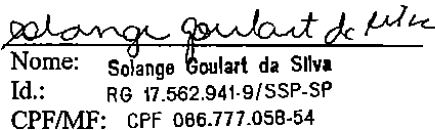

Nome: **Marta Cibella Knecht**
Cargo: **PROCURADORA**

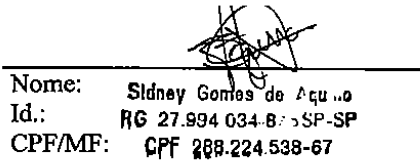
OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.


Nome: **Antonio Amaro R. de O. e Silva**
Cargo: **Advogado**



Testemunhas:


Nome: **Solange Goulart da Silva**
Id.: **RG 17.562.941-9/SSP-SP**
CPF/MF: **CPF 066.777.058-54**


Nome: **Sidney Gomes de Aquino**
Id.: **RG 27.994.034-8/SP-SP**
CPF/MF: **CPF 288.224.538-67**

